

ÁFRICA AUSTRAL

SADC HOJE VOL 20 NO. 2 FEVEREIRO 2018

Hoje



POLÍTICA	3
ELEIÇÕES	4-5
AGRICULTURA	6
ENERGIA	7-10
GÉNERO	11
COMÉRCIO	12-13
UNIÃO AFRICANA	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

2018

Consolidando o Desenvolvimento Sustentável

por Joseph Ngwawi e Kizito Sikuka

O ANO de 2018 será repleto de eventos para a África Austral à medida que a região intensifica os esforços para aprofundar a integração económica e alcançar a estabilidade e o desenvolvimento sustentável.

A região está preparada para fortalecer os esforços para implementar programas e projectos voltados para a realização de vários marcos fundamentais, incluindo o desenvolvimento de infra-estruturas e industrialização.

Em consonância com o tema da 37ª Cimeira da SADC realizada na África do Sul, em Agosto de 2017, espera-se que os Estados-Membros implementem actividades destinadas a promover o desenvolvimento industrial nas áreas focais de agro-processamento, aproveitamento dos minerais e produtos farmacêuticos.

A cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC de 2017 foi realizada sob o tema "Parcerias com o sector privado no desenvolvimento da indústria e das cadeias regionais de valor".

De acordo com a tradição, o tema é o ponto de encontro para a maioria das actividades realizadas pela SADC até a 38ª Cimeira prevista para Agosto na Namíbia.

Durante o próximo ano, os países da região deverão criar um mecanismo para o envolvimento do sector privado na implantação da agenda de integração económica.

As Parcerias Público-Privadas são consideradas como um modelo viável para atrair investimentos para projectos públicos, permitindo que os governos tenham mais acesso a capital adicional e financiamentos.

O ano de 2018 marcará o segundo ano de implementação do Plano de Acção da Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC, um plano de 48 anos que descreve propostas sobre a transformação da região de uma economia baseada em recursos para uma que é impulsionada pela inovação e alta produtividade industrial.

O Plano de Acção de Industrialização, aprovado pela Sessão Extraordinária da SADC realizada na Swazilândia, em Março de 2017, contempla uma verba de 100 milhões de dólares norte-americanos para a coordenação da agenda de industrialização ao nível do Secretariado da SADC e dos Estados Membros durante o período de 15 anos que se estende de 2015 a 2030.

O plano de acção visa criar um ambiente favorável para sustentar o desenvolvimento industrial como motor da transformação económica; e estabelecer uma aliança duradoura para a industrialização, composta pelos sectores público e privado e parceiros estratégicos.

continua na página 2...

2018 Consolidando o Desenvolvimento Sustentável

As intervenções estratégicas propostas no âmbito do plano de acção incluem um ambiente político melhorado para o desenvolvimento industrial, o aumento do volume e a eficiência dos investimentos dos sectores público e privado na economia da SADC, criação de cadeias regionais de valor e participação em processos globais relacionados, bem como aumento do valor acrescentado para Produtos e serviços agrícolas e não agrícolas.

A fim de melhorar o ambiente operacional, há planos para desenvolver e operacionalizar um Protocolo sobre a Indústria até 2020, o que deverá levar ao desenvolvimento de políticas e estratégias de industrialização a nível nacional.

Para incentivar a participação em processos globais, a região identificou cinco áreas prioritárias nas quais as cadeias de valor podem ser estabelecidas e para as quais as estratégias regionais devem ser desenvolvidas até 2020.

Estas são as áreas de processamento agropecuário, aproveitamento de minerais, bens de consumo, bens de capital e serviços.

Foi proposto um estudo detalhado de potenciais cadeias de valor para produtos e serviços específicos nas áreas prioritárias.

Como parte do processo de promoção da participação, há planos para desenvolver legislação e regulamentações modelo para o agro-processamento intra-SADC, aproveitamento dos minerais e outras actividades e serviços industriais.

Uma actividade relacionada esperada no próximo ano será a operacionalização da proposta de Universidade de Transformação da SADC, uma iniciativa do Rei Mswati III do Reino da Swazilândia.

A universidade será uma instituição regional para capacitar os cidadãos na inovação e no empreendedorismo como parte dos esforços para transformar a África Austral numa região industrializada.

A Swazilândia ofereceu-se para acolher a instituição de formação e comprometeu-se a oferecer bolsas de estudos para 300 estudantes - 20 para cada Estado-Membro na fase inicial.

O Conselho de Ministros da SADC, na sua última reunião, realizada em Agosto de 2017, na África do Sul, convidou os ministros responsáveis pela educação e formação e para a ciência, tecnologia e inovação, para finalizar o trabalho preparatório para a universidade.

Espera-se que os ministros apresentem propostas ao Conselho na próxima reunião em Março de 2018.

No que diz respeito ao desenvolvimento de energia, a SADC está preparada para estabelecer um Comité regional de gás natural interestadual que será encarregado de assegurar a inclusão e promoção de gás natural no misto de energia regional e com a facilitação de "um aumento do acesso universal à energia e industrial desenvolvimento na SADC".

De acordo com o Monitor de Energia da SADC, lançado na 36ª Cimeira da SADC realizada em 2016 na Swazilândia, a contribuição do gás para o misto de energia regional ainda é muito mínima, representando apenas 1,3% da produção total de energia.

A baixa parcela de gás natural no misto energético regional

contrasta com o facto da África Austral possuir alguns dos maiores depósitos de gás do mundo.

A costa leste da região da SADC emergiu nos últimos anos como um dos pontos mais brilhantes do cenário energético global, com grandes descobertas de gás natural em Moçambique e na Tanzânia.

A exploração ocorre em outros Estados membros da SADC, embora o número exato de reservas seja desconhecido para esses países.

Os esforços serão intensificados para assegurar que a capacidade de produção de electricidade excedente experimentada pela SADC no ano passado seja mantida através da implementação de novos projectos de produção de energia.

O Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral já indicou que produzirá uma média de 5.000 megawatts (MW) por ano nos próximos seis anos.

A África Austral tem experimentado uma capacidade excedente de produção de electricidade de cerca de 900MW desde o início do ano passado.

O excedente deve-se, em parte, a uma desaceleração da economia sul-africana, mas também ao resultado da abordagem coordenada na implementação do programa de energia da SADC, que já implantou uma série de novas centrais de energia nos últimos anos.

No que diz respeito ao desenvolvimento de género, a SADC festejará 10 anos desde a adopção do Protocolo da SADC sobre o Género e Desenvolvimento, que foi revisto recentemente em 2016.

Espera-se que a SADC faça um balanço das conquistas e desafios encontrados durante a última década.

A agricultura e a segurança alimentar continuarão a ser uma prioridade máxima para a SADC após um início lento da época agrícola.

A nível continental, a região da SADC trabalhará com outras comunidades económicas regionais para concluir os esforços para operacionalizar a Área Tripartida de Comércio Livre e

estabelecer a Área Continental de Comércio Livre.

Nas questões ambientais, a região iniciará um processo de revisão de realizações e desafios na implementação do Plano Estratégico de Acção sobre o Desenvolvimento e Gestão Integrada de Recursos Hídricos (2016-2020).

Como a SADC reconhece a importância do uso sustentável e da gestão do meio ambiente no combate a pobreza e a insegurança alimentar, a região deve avaliar o nível de domesticação do Protocolo da SADC sobre a Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável (2014).

A Namíbia acolherá a 38ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC em Agosto, e o Presidente Hage Geingob, da Namíbia, assumirá a presidência da SADC actualmente detida pela África do Sul.

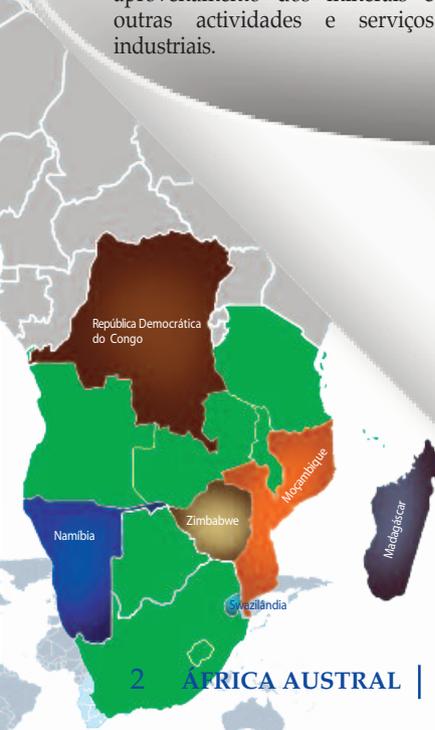
A cimeira anual marcará a primeira vez que a União das Comores, o mais novo membro da SADC, participará nesta reunião regional de alto nível.

As Comores foram formalmente admitidas na SADC na 37ª Cimeira da SADC realizada em Agosto em Pretória, África do Sul, elevando para 16 o número de Estados Membros da SADC.

Impulsionada pela relativa paz e estabilidade política que obteve na região nos últimos anos, bem como a transição suave do poder experimentado em três Estados membros no ano passado (Angola, Reino do Lesotho e Zimbabwe), a região da SADC procurará manter a mesma atmosfera pacífica e tolerante em 2018, quando cinco países realizarem eleições.

A República Democrática do Congo, Madagáscar, Moçambique, o Reino da Swazilândia e o Zimbabwe deverão ir às urnas este ano. Moçambique marcou o dia 10 de Outubro para a realização das eleições municipais, enquanto a República Democrática do Congo anunciou 23 de Dezembro para as eleições gerais.

Madagáscar, Swazilândia e Zimbabwe ainda estão para se pronunciar sobre as datas das eleições, embora as eleições no Zimbabwe possam ter lugar em Julho-Agosto. sardc.net (veja as páginas 4-5) □



SADC determinada em reduzir o abuso de drogas e cibercrime

A SADC está a desenvolver uma estratégia regional abrangente para lidar com o abuso de drogas e o crime cibernético na África Austral.

Em conformidade com a diretiva da 37ª Cimeira da SADC realizada na África do Sul, em Agosto de 2017, o desenvolvimento da estratégia regional é uma das questões que o Secretariado, trabalhando com os Estados Membros, deverá se concentrar no próximo ano.

A Cimeira concordou que era necessário que a região adoptasse uma estratégia concertada e robusta para abordar as componentes multifacetadas do abuso de drogas, tendo em vista as duras consequências que as populações dos Estados Membros sentem.

Um número crescente de pessoas, particularmente jovens, estão abusando de drogas legais e ilegais.

Os medicamentos legais incluem medicamentos prescritos, como misturas contra a tosse, enquanto algumas das drogas ilegais são cocaína, heroína e maconha.

Uma pesquisa médica mostrou que o abuso de drogas causa danos físicos, sociais e psicológicos.

Em alguns casos, o comportamento criminoso ou antissocial ocorre quando a pessoa está sob a influência de uma droga.

Para enfrentar o desafio, os Chefes de Estado e de Governo da SADC instruíram o Secretariado "para desenvolver urgentemente uma estratégia regional abrangente para lidar com o abuso de drogas e o crime cibernético".

O crime cibernético está entre os crimes que mais crescem no mundo. A criminalidade

cibernética envolve o uso de redes de computadores para prejudicar a reputação de indivíduos ou organizações e inclui violação de direitos autorais, fraude, hacking, roubo de contas, roubo de identidade, vírus de computador e correio não solicitado conhecido por spam.

Usando tecnologias de comunicação de informação, o crime cibernético, como o hacking, ameaça a segurança de indivíduos, governos, empresas e outras organizações.

O crime cibernético é responsável por perdas de mais de 105 biliões de dólares norte-

americanos em todo o mundo a cada ano, de acordo com a Agenda Global de Segurança Cibernética.

A urgência de prevenir a cibercriminalidade é necessária pelo facto de que a maioria dos governos da região da SADC está se movendo para operações "sem papel", que envolvem o uso da internet e computadores para o armazenamento de dados e informações estratégicas sensíveis ou insubstituíveis.

A este respeito, a estratégia regional proposta sobre abuso de drogas e cibercriminalidade deverá desenvolver leis

inovadoras de inteligência financeira para lidar com questões de lavagem de dinheiro, patrocínio de terrorismo e outras actividades fraudulentas que possam ser realizadas por meios electrónicos.

Outras iniciativas analisarão a forma como os Estados membros da SADC podem harmonizar suas leis de segurança cibernética, incluindo a harmonização das leis para conter o movimento ilícito e transfronteiriço de drogas, bem como a forma de integrar as vítimas de abuso de drogas na sociedade. □

Protecção de importantes variedades vegetais para a segurança alimentar

A **ÁFRICA AUSTRAL** planeia estabelecer um sistema eficaz de protecção de variedades vegetais para garantir que os direitos dos criadores sejam salvaguardados para melhorar a produção na região.

A criação desse sistema ocorre após a aprovação do Protocolo para a Protecção de Novas Variedades de Plantas na Região da SADC pela 37ª Cimeira da SADC realizada em Pretória, África do Sul, em Agosto de 2017.

A necessidade de fornecer um sistema eficaz para a protecção de novas variedades de plantas é necessária para incentivar a criação de plantas e a facilitação de avanços agrícolas em benefício da região.

A provisão para os direitos dos criadores de plantas na região permitirá aos agricultores terem acesso a variedades

melhoradas de culturas, o que pode contribuir para a consecução do objectivo regional de desenvolvimento económico e segurança alimentar.

O Protocolo prevê o estabelecimento e administração de um escritório independente chamado Escritório de Direitos de Criadores de Plantas da SADC (PBR).

O Escritório PBR da SADC será responsável pela administração do Protocolo, em colaboração com as autoridades nacionais no exercício de suas funções.

O Escritório PBR da SADC será gerido por um Registador a ser nomeado pelo Conselho de Administração do Centro de Sementes da SADC.

Além do PBR da SADC, o Protocolo propõe o estabelecimento de um Comité Consultivo de Direitos de Criadores de Plantas da SADC.

O comité irá, entre outros assuntos:

- Informar o Secretariado sobre questões técnicas relativas aos direitos dos criadores de plantas;
- Emitir diretrizes e diretrizes gerais e específicas ao Escritório PBR da SADC em relação aos direitos dos criadores de plantas;
- Receber propostas orçamentais do Secretariado e recomendá-las ao Conselho de Administração do Centro de Sementes para aprovação;
- Aprovar regras de procedimentos para o Escritório PBR da SADC;
- Rever e aprovar as diretrizes de teste de acordo com este Protocolo; e,
- Aconselhar o Secretariado da SADC sobre todos os assuntos relativos à implementação da política PBR da SADC. □





Cinco países da SADC preparam-se para eleições em 2018

por Tanaka Chitsa

A **ÁFRICA AUSTRAL** é considerada uma das regiões mais estáveis e pacíficas do continente africano. A região procurará manter esta atmosfera pacífica em 2018, quando cinco Estados membros da SADC realizarem eleições. Trata-se da República Democrática do Congo, Madagascar, Moçambique (eleições municipais), Swazilândia e Zimbabwe. A África Austral hoje examina algumas questões actuais nessas eleições.

A DRC vai finalmente às Eleições?

A **COMISSÃO** Nacional Eleitoral Independente (CENI) da República Democrática do Congo (RDC) marcou o dia 23 de Dezembro como o Dia das Eleições.

De acordo com a CENI, um total de 46.021.454 pessoas registaram-se, até 29 de Janeiro, para votar nas próximas eleições.

Destes, 24.231.197 são homens e 21.790.257 mulheres.

As eleições há muito aguardadas deveriam ter lugar em 2016, quando terminou o segundo e último mandato do Presidente Joseph Kabila.

No entanto, vários desafios, como a instabilidade interna, a falta de preparação por parte da comissão eleitoral, bem como a demora do Presidente Kabila em renunciar como líder nacional impediram a República Democrática do Congo de realizar as suas eleições.

De acordo com a constituição do país, o termo de Kabila terminou oficialmente em Dezembro de 2016. Ele foi acusado pela oposição de tentar manter o poder tentando eliminar os limites do prazo.

A CENI afirmou repetidamente que as eleições foram adiadas por causa do conflito em algumas partes da RDC, que há muito tempo sofreu conflitos na parte oriental do país

e, mais recentemente, na região central do Kasai.

No entanto, com o apoio de vários parceiros regionais e internacionais, incluindo a SADC e a União Africana (UA), a RDC tem abordado alguns desses desafios e disse que está pronta para ir às eleições a 23 de Dezembro.

Num comunicado à imprensa, o presidente Kabila reafirmou o desejo de realizar as eleições como anunciado pela CENI.

Novo líder Zimbabweano promete uma eleição credível

O **PRESIDENTE** Emmerson Mnangagwa prometeu eleições credíveis, pacíficas, livres e justas no Zimbabwe antes de Agosto, conforme exigido pela Constituição.

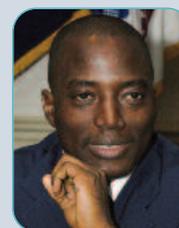
Ele também disse que o seu governo convidará observadores eleitorais da região e continente, bem como observadores eleitorais ocidentais da União Europeia e das Nações Unidas.

Ele disse ao Financial Times, com sede em Londres, que ele "não se sente ameaçado" pela presença de observadores ocidentais durante as próximas eleições do Zimbabwe.

"Queremos eleições livres e credíveis. No passado, aqueles que se pronunciaram contra nós;

"Temos que ter eleições como previsto", disse ele.

Kabila, que chegou ao poder em 2001 após o assassinato do seu pai, Laurent Kabila, não disse se iria candidatar-se para um terceiro mandato, o que exigiria uma emenda constitucional. Sob sua liderança, a RDC emergiu dos anos mais sombrios da guerra, embora o conflito interno



continue na parte oriental do país.

Kabila liderou um governo de transição e ganhou as eleições nacionais em 2006 e em 2011.

Com o apoio de outros Estados membros da SADC, as forças militares da RDC conseguiram conter rebeldes que assumiram alguns sectores na parte oriental do país em 2012. □

que pré-determinaram que as nossas eleições não seriam livres e justas, não puderam entrar. Mas agora com essa nova dispensa não me sinto ameaçada por nada", disse Mnangagwa.

"Eu gostaria que as Nações Unidas viessem, a UE deveria vir. Se a Commonwealth pedir para vir, estou disposto a considerar a sua pretensão".

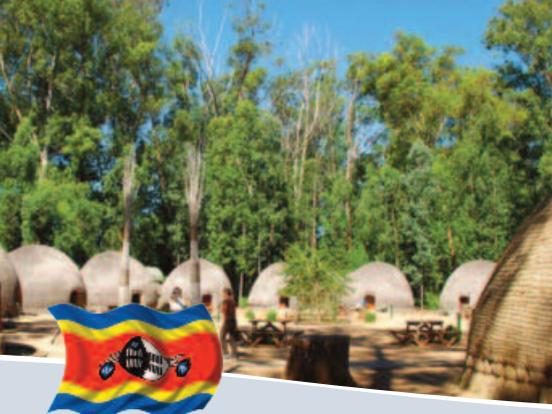
As relações entre o Zimbabwe e os Estados Unidos e a Europa estão em consonância desde a renúncia de Robert Mugabe como presidente em Novembro de 2017. Isso marcará a primeira vez que o Zimbabwe realizará eleições sem



Mugabe como um dos candidatos.

As eleições marcarão a primeira vez que o país usa a tecnologia para o registo biométrico de eleitores (BVR). O BVR é a tecnologia mais recente que captura características físicas como o rosto e as impressões digitais para fins de identificação.

De acordo com a Comissão Eleitoral do Zimbabwe, mais de 5,3 milhões de pessoas se registaram para votar até o termo do período previsto para o BVR a 8 de Fevereiro. Isso é cerca de 74 por cento de um número estimado de 7,2 milhões de eleitores elegíveis. □



Desempacotamento do sistema eleitoral da Swazilândia

A realização de eleições na Swazilândia sempre gerou alguma leitura interessante.

A Comissão de Eleições e Mandatos da Swazilândia (EBC) sustenta que o seu sistema eleitoral está entre os melhores da África, dizendo que as pessoas que criticam o sistema eleitoral o fazem porque não têm conhecimento de como o sistema funciona.

A Swazilândia usa completamente um sistema diferente, ao contrário da maioria dos países da SADC que utilizam diversos sistemas eleitorais, como o primeiro a chegada ou a representação proporcional.

O sistema de governo da Swazilândia é baseado no chamado Tinkhundla. O termo Tinkhundla ou Inkhundla é siSwati e significa "comunidade" ou "eleitorado".

A luz deste sistema, os candidatos nas eleições parlamentares são seleccionados nos seus círculos e um total de 55 deputados são eleitos por meio deste processo.

O Rei Mswati III nomeia mais 10, elevando o total para 65 membros. O candidato deve ser apoiado por pelo menos 10 membros dessa chefia para participar das eleições. O número mínimo de candidatos por chefia é de quatro e o máximo é de 10.

Após a conclusão do processo de nomeação, as eleições primárias são realizadas no nível de chefia por voto secreto para eleger um candidato que participará das eleições secundárias.

Vários chefes constituem um círculo eleitoral parlamentar.

Antes da realização da eleição secundária, os candidatos de cada chefe de família recebem oportunidades iguais em todas as comunidades do círculo eleitoral

para abordar os eleitores em vários aspectos do desenvolvimento e questões da política nacional.

Para completar o processo de selecção, uma eleição secundária é realizada em todos os círculos eleitorais, onde os candidatos concorrem a nível de cada comunidade.

Os candidatos com maioria de votos se tornam vencedores e deputados. Em todos esses processos, a participação é feita por um indivíduo e não pelo partido; daí que os partidos

políticos foram banidos na Swazilândia.

Os membros do Senado de 30 lugares são nomeados - 20 pelo Rei e 10 pela Câmara da Assembleia. O Primeiro-Ministro é nomeado pelo rei.

O EBC, que administra as eleições na Swazilândia, diz que o processo eleitoral é projectado para assegurar que as pessoas sejam eleitas "para cargos públicos com base no mérito individual".

"O sistema de governo (Tinkhundla) provou estar a funcionar bem para a

Swazilândia e queremos acreditar que isso pode funcionar bem para a África", afirmou a EBC num dos seus relatórios sobre a condução das eleições na Swazilândia.

"Ele (Tinkhundla) trouxe unidade, paz e estabilidade entre os Swázis. Ele fez da Swazilândia uma família dentro de uma nação", disse o EBC.

No entanto, outros especialistas argumentam que o processo eleitoral não é transparente, já que o chefe, nomeado pelo rei, serve como base de indicação para os candidatos. □

O ex-Presidente malgaxe procura reeleição

O ANTIGO Presidente do Madagascar, Marc Ravalomanana, que foi expulso num golpe em 2009, disse que vai disputar as eleições programadas para este ano.

O ex-titular, Hery Rajaonarimampianina, que assumiu o comando de Andry Rajoelina, que esteve por trás do golpe de Estado de 2009, ainda não declarou o seu interesse, dizendo que "o momento ainda não é oportuno".

Espera-se que a nação insular anuncie o dia da eleição para as eleições presidenciais e parlamentares. As últimas eleições do Madagascar tiveram lugar em 2013.

As eleições de 2013 encerraram mais de cinco anos de instabilidade política depois que o país entrou numa crise quando o líder da oposição, Rajoelina, tomou o poder numa manifestação pública apoiada pelos militares, da mesma maneira que o próprio Ravalomanana tomou o poder do seu antecessor, Didier Ratsiraka.

Nas eleições de 2013, Rajoelina e Ravalomanana foram impedidos

de participar para garantir a estabilidade, como parte de um acordo regional e internacional.

O Madagascar está no caminho da recuperação e as próximas eleições devem consolidar a estabilidade.

O presidente é eleito por voto popular direto por um mandato de cinco anos, renovável uma vez.

O sistema eleitoral do país prevê a realização de uma segunda



volta, no prazo de dois meses após o anúncio dos resultados da pesquisa da primeira rodada. No caso de não haver um vencedor claro da primeira volta, a segunda volta envolverá os dois principais

candidatos.

O vencedor da votação presidencial da primeira volta precisa ganhar mais de 50% dos votos para evitar uma segunda volta. □

Moçambique prepara-se para as eleições municipais

MOÇAMBIQUE realizará eleições municipais a 10 de Outubro para 53 municípios nas 11 províncias.

As últimas eleições municipais foram realizadas em 2013, em que a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) ganhou 50 dos 53 conselhos urbanos e o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) ganhou os três restantes.

Esta foi a primeira vez que o MDM disputou as eleições municipais depois de se separar da Resiliência Nacional de Moçambique (Renamo) em 2009.

O principal partido de oposição, a Renamo, não participou das últimas eleições municipais citando a necessidade de rever o sistema eleitoral que alegaram favorecer o partido no poder.

A Renamo anunciou que participará das eleições municipais deste ano. □



Previsão da época chuvosa 2017/2018 estendida até Maio na SADC

A ÉPOCA chuvosa 2017/18 na África Austral provavelmente continuará até Maio, de acordo com especialistas regionais em clima.

Esta é uma mudança em relação as épocas anteriores, nas quais as chuvas terminaram em Março / Abril na maior parte da região.

De acordo com a revisão e actualização intermédia do Vigésimo Primeiro Fórum Regional de Previsão Climática para a África Austral (SARCOF-21), divulgada em Dezembro de 2017, espera-se que a maior parte da África Austral receba uma quantidade significativa de chuvas no período de Janeiro a Maio de 2018.

As possibilidades do aumento das chuvas na região serão um desenvolvimento bem-vindo, particularmente em áreas onde chuvas fracas causaram atrasos no plantio e no estresse hídrico das culturas em algumas áreas.

Partes da África do Sul, incluindo Cape Town, enfrentam a sua terceira época de seca. Nas regiões do sul de Moçambique, Zâmbia do Sul e Zimbábue,, as culturas já estão mostrando sinais de estresse hídrico devido aos períodos de seca predominantes em Janeiro.

Os relatórios da Namíbia indicam que a baixa precipitação resultou na deterioração das pastagens para gado em várias áreas em todo o país.

Os agricultores, especialmente nessas áreas afectadas da bacia,

estão começando a se preocupar com o efeito das chuvas erráticas actuais sobre a produção de culturas.

De acordo com a revisão e actualização intermédia da época chuvosa, feita pelo SARCOF-21, as possibilidades de ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal aumentaram em quase toda a África Austral para o período de Janeiro a Março, com excepção de algumas áreas.

As áreas com probabilidade de receber menos chuvas denominadas "normais com tendência para abaixo do normal" são as partes mais ao sul de Angola e as margens ocidentais da Namíbia e da África do Sul.

A revisão indica que somente o noroeste da República Democrática do Congo e as partes mais orientais de Madagascar deverão ter chuvas normais com tendência para abaixo do normal durante o período de Março a Maio de 2018.

De acordo com a actualização e revisão intermédia da época chuvosa, registaram-se chuvas acima do normal na maioria das áreas da parte norte e nordeste da região, enquanto que as partes central e sudoeste da região, como o Botswana e o Zimbábue, receberam menos chuvas durante o período de Outubro a Novembro de 2017.

A actualização mostra que a Zona de Convergência Intertropical (ITCZ), que é o principal mecanismo de chuva para a África Austral, ainda está

muito activa e está centrada nas partes norte e leste da região.

Com base na previsão de especialistas em clima, com esta actualização intermédia da época chuvosa existe a possibilidade dos agricultores que plantaram com atraso poderem colher bons rendimentos.

A actualização é, no entanto, apenas relevante para intervalos de tempo sazonais e áreas relativamente grandes, e pode não ser totalmente responsável por todos os factores locais e intra-sazonais que influenciam os padrões climáticos.

Por conseguinte, é fundamental que os agricultores e outros usuários de informações climáticas entrem em contato com seus escritórios meteorológicos e hidrológicos nacionais para melhor interpretação e actualizações regulares

Embora o aumento da humidade seja esperado para melhorar a produtividade das culturas, as cheias podem destruir as culturas e afectar a segurança alimentar.

A precipitação excessiva pode aumentar a incidência de malária e doenças transmitidas pela água na região e uma possibilidade de danos causados sobre as infra-estruturas devido as cheias.

Um dos desafios que ainda afectam os países da bacia é a falta de dados actuais e confiáveis sobre possíveis cenários climáticos.

Para reduzir a vulnerabilidade às cheias, os países da região precisarão melhorar os dados e a partilha de informações e garantir

que as comunidades afectadas sejam evacuadas quando se espera desastres naturais relacionados ao clima.

Também é necessário modernizar as infra-estruturas públicas, como as escolas, pois servem de abrigo em casos de emergências, como cheias.

As Organizações das Bacias Hidrográficas (RBOs) estão a esforçar-se para melhorar a partilha de informações sobre o fluxo de água e as condições climáticas.

Uma dessas RBO é a Comissão da Bacia Hidrográfica do Zambeze, que está no processo de fortalecimento de dados e partilha de informações nos oito estados da bacia através da implementação do Sistema de Informação de Recursos Hídricos do Zambeze 3: Banco de Dados Hidro-meteorológico e Sistema de Apoio à Decisão (ZAMWIS DSS).

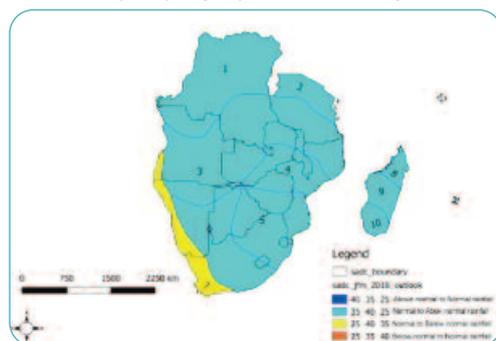
O principal objectivo da criação do ZAMWIS DSS é apoiar a promoção e coordenação da gestão cooperativa e desenvolvimento dos recursos hídricos da Bacia do Zambeze de forma sustentável e resistente ao clima.

Espera-se que, uma vez que este sistema esteja completo, os estados ribeirinhos possam responder melhor aos riscos de cheias. Outra medida a ser realizada na região é o estabelecimento de sistemas de resposta baseados na comunidade para responder às cheias.

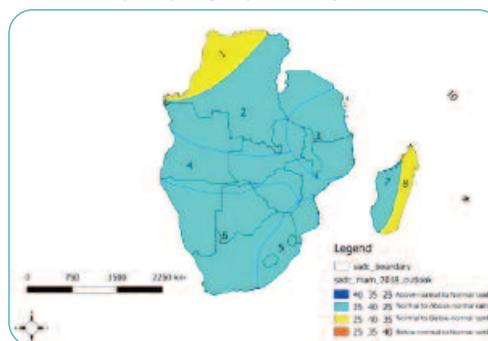
O sistema de alerta inclui o uso de sistemas de conhecimento tradicionais na consciencialização através da educação cívica. Por exemplo, a aparência de grandes populações de formigas indica a ocorrência de cheias.

As cheias podem apresentar oportunidades para os estados ribeirinhos somente se eles começarem a priorizar projectos de colheita de água para aproveitar as chuvas e usar a água para fins agrícolas no futuro, especialmente nos anos em que a bacia pode sofrer de seca. sardc.net □

Previsão de precipitação para Janeiro-Março de 2018



Previsão de precipitação para Março-Maio de 2018





ENERGIA NA ÁFRICA AUSTRAL



AUMENTO DE INVESTIMENTOS NO SECTOR DA ENERGIA NA SADC Desafios e oportunidades

O sector de energia é um dos facilitadores mais importantes para a agenda de integração da África Austral, particularmente agora que a região pretende industrializar a sua economia. Por exemplo, além do seu uso geral na vida diária, a energia catalisa projectos de infra-estrutura que impulsionam o crescimento socioeconómico. No entanto, a falta de investimentos em projectos de energia foi identificada como um dos principais desafios que afectam o sector de energia na África Austral. Este Resumo de Política de Energia apresenta algumas das oportunidades e desafios para aumentar o investimento no sector de energia na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Visão Geral do Sector de Energia da SADC

A África Austral é relativamente bem dotada de recursos energéticos, como mostra a ilustração. No entanto, o sector de energia da SADC enfrenta alguns desafios no fornecimento de energia acessível e confiável devido a uma combinação de factores, incluindo investimentos limitados na exploração desses recursos energéticos. A falta de investimento e financiamento em projectos de energia é dificultada por uma série de barreiras, tais como tarifas baixas e fraca preparação de projectos, bem como os compradores limitados que podem assinar acordos de compra de energia sob modelos de comprador único; e outras estruturas políticas / regulatórias necessárias.

Política Energética /Quadro Regulador Existente

A SADC criou uma série de documentos legais, políticas e estruturas institucionais para garantir a disponibilidade de serviços de energia suficientes, confiáveis e de menor custo. O principal documento jurídico sobre o desenvolvimento da energia é o Protocolo da SADC sobre Energia, aprovado em 1996 e que entrou em vigor a 17 de Abril de 1998, após a ratificação de pelo menos dois terços dos Estados membros. Outros instrumentos fundamentais de governação de apoio incluem o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) de 2015, o Plano Diretor Regional de Desenvolvimento de Infraestruturas (RIDMP), o Plano de Energia (2012) e a Política e Estratégia de Cooperação do Sector Energético da SADC e o respectivo Plano de Actividades Relacionadas (2010).

Recursos de Energia da SADC, Países do Continente



Fonte: Apresentação do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral feita durante um seminário de revisão do RISDP da SADC, Maio de 2013

Esses quadros são baseados no Tratado da SADC que estabelece a agenda da SADC e tem como objectivo criar um ambiente favorável à cooperação económica entre os Estados membros da SADC. Além disso, os Estados membros da SADC elaboraram vários documentos nacionais de energia para estimular a evolução no sector de energia com a criação de agências nacionais para coordenar a implementação de actividades, projectos e programas acordados. No entanto, uma grande preocupação que foi levantada em vários fóruns, incluindo as reuniões dos Ministros da Energia da SADC, é que as políticas energéticas regionais e outros documentos estão desatualizados e precisam de ser revistos de acordo com o ambiente em mudança para que permaneçam relevantes e úteis.

A nível institucional, a Direcção de Infra-estruturas e Serviços do Secretariado da SADC tem a tarefa de coordenar os desenvolvimentos no sector da energia. Em prol da integração económica no sector de energia, a SADC também estabeleceu organizações subsidiárias para implementar vários programas, projectos e actividades.

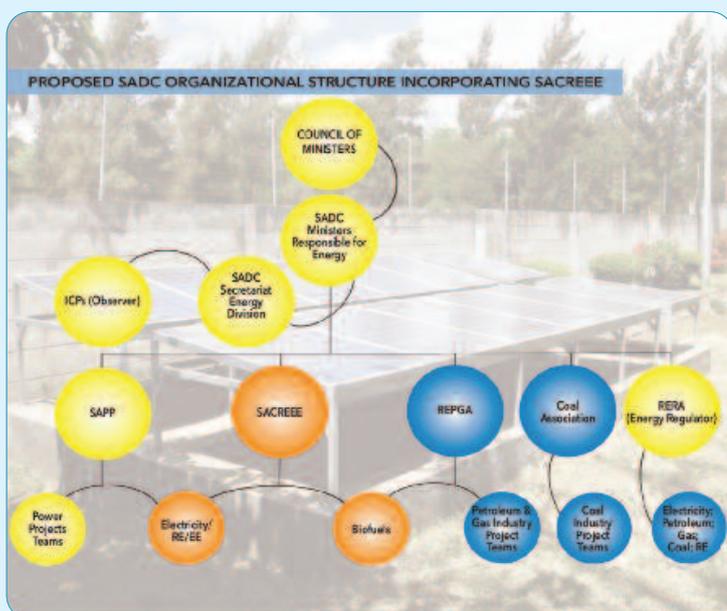
Essas organizações são o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), a Associação Regional de Reguladores de Electricidade da África Austral (RERA) e o Centro da SADC para Energia Renovável e Eficiência Energética (SACREEE).

Os Ministros da SADC responsáveis pela Energia formam o órgão político supremo para o sector de energia regional, reportando as suas actividades ao Conselho de Ministros da SADC.

exemplo, uma série de projectos planeados há muito tempo não conseguiram dar o seu arranque porque o sector privado se mostrou relutante em se engajar em parcerias com os governos, principalmente devido a fórmulas de financiamento complexas.

A maioria dos Estados-Membros tardou em implementar mecanismos que promovam a participação do sector privado no sector de energia e que, portanto, melhoram a atratividade da indústria para os investidores. O ambiente político na maioria dos Estados membros da SADC não incentivam a participação do sector privado no sector de energia.

Estrutura Institucional de Energia na SADC



Fonte: Brochura do SACREEE, 2014

Oportunidades de Investimentos para o Sector de Energia

Para mostrar algumas das oportunidades de investimento no sector de energia, a região convocou um Fórum Especial de Investimentos para a SADC, em Ezulwini, Reino da Swazilândia, em Julho de 2017. O fórum permitiu a SADC apresentar seu plano de desenvolvimento de infraestrutura de energia de vários bilhões de dólares para potenciais financiadores. O fórum de investimento em energia também serviu de plataforma para a mobilização de recursos para desenvolvimento de infra-estrutura de energia sustentável para permitir que o sector de energia desempenhe um papel vital na industrialização e prosperidade da região.

Principais Projectos de Investimento para o Sector de Energia da SADC

Vários projectos de investimento em energia estão a ser implementados pelos Estados membros da SADC e por Parceiros Internacionais de Cooperação. O Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infraestrutura: Plano do Sector de Energia, estima que o custo total da nova capacidade de produção de electricidade para a região esteja entre 114 e 233 bilhões de dólares norte-americanos para o período que vai de 2012 a 2027.

Os custos de investimento de transmissão relacionados para suportar a capacidade da nova produção estão estimados em cerca de 540 milhões de dólares norte-americanos. No entanto, o investimento em projectos de transmissão não inclui interligações de transmissão planeadas e linhas dorsais nacionais.

Um grande desafio é o facto de muitos dos projectos de produção de energia regionais propostos estarem mal estruturados e embalados e, portanto, não conseguem atrair investimentos. Por

Principais factores de sucesso para o investimento no Sector Energia da SADC

De acordo com o Fórum de Investimento da SADC, os principais desafios citados como afectando a mobilização bem sucedida de recursos ou implementação de projectos de infraestrutura energética na região incluem a ausência de um plano e estratégia integrada regional coerente que equilibre as necessidades nacionais e regionais; um foco crescente na auto-suficiência e crescente preferência por projectos domésticos em detrimento de projectos regionais por razões de segurança de abastecimento.

Outros desafios identificados foram dificuldades na mobilização de financiamento para investimentos regionais de produção e transmissão devido à preparação inadequada de projetos; e o alto risco perceptível de projectos transfronteiriços e restrições de capacidade a nível nacional e regional. Alguns dos principais factores atribuídos ao sucesso do investimento em energia, que faltam em alguns Estados membros da SADC são os seguintes:

- Um claro quadro regulador de apoio ao investimento em energia, garantindo a vontade política e económica;

- Apoio de empresas locais e empreendedores para participarem em projectos de energia;
- Estímulo aos reguladores de energia no país para transformar o mercado de energia em energia renovável, porque a maioria dos investidores internacionais está a abraçar um investimento favorável ao clima;
- Regimes fiscais e de direito favoráveis;
- Leis e regulamentos que permitem facilidade de negócios para os actores comerciais internacionais e locais, incluindo a redução da burocracia em instituições-chave;
- Publicidade de histórias e projectos de sucesso no país para a comunidade internacional, que geralmente é feita por participação em fóruns relacionados à energia, como conferências, cimeiras e seminários;
- Forte e eficaz processo de monitoria, avaliação e elaboração de relatórios, incluindo o fortalecimento das competências no campo e habilidades de gestão de projectos;
- Incentivos para Parcerias Público-Privadas e sua efetiva gestão;
- Criação de tarifas que refletem os custos, facto que torna atrativo o investimento privado e internacional no sector de energia; e,
- Governos que comprometem os seus próprios recursos, em particular, em projectos em fase inicial, para alavancar o financiamento privado, minimizando os riscos associados aos estágios iniciais do desenvolvimento do projecto.

Quais são os mecanismos de financiamento da energia?

As fontes de financiamento para projectos de energia são muitas. Alguns dos mecanismos de financiamento de energia disponíveis incluem:

- Governos dos Estados membros da SADC;
- Parceiros Internacionais de Cooperação;
- Introdução de uma taxa regional de exportação / importação;
- Introdução de taxas de turismo;
- Assistência Oficial ao Desenvolvimento;
- Investimento local e estrangeiro;
- Uso do alívio da dívida;
- Financiamento público doméstico e poupança;
- Parcerias Público-Privadas;
- Mercado financeiro e de capitais domésticos;
- Patrimônio líquido;
- Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC; e
- Capital de risco.

No entanto, para que os mecanismos de financiamento acima funcionem, é necessário um ambiente propício na região para a produção, poupança e investimentos com receitas internas.

Nesse sentido, o RISDP revisto para 2015-2020 articula a orientação estratégica para a mobilização de recursos sustentáveis para sua implementação, bem como a necessidade de manter políticas económicas sólidas, boa governação económica e mobilização de finanças públicas domésticas.

Considerações Políticas

Abaixo constam algumas das principais considerações políticas para os Estados membros da SADC, na medida em que procuram promover o desenvolvimento do sector de energia na região.

- ♦ O conceito de "projeto regional" precisa ser esclarecido, e é necessário desenvolver um quadro para a coordenação, implementação; defendendo e financiando esses projectos. As instituições existentes, como o SAPP, precisam ser plenamente utilizadas a esse respeito.
- ♦ A região da SADC deve criar um ambiente propício ao investimento no sector de energia, tanto a nível regional como nacional, à medida que os investidores buscam estabilidade, sustentabilidade e retornos. O ambiente deve abordar as características únicas dos projectos do sector de energia, tais como longo prazo e altos custos na fase inicial.
- ♦ Novas abordagens estratégicas para a cooperação regional são necessárias com um quadro de financiamento regional claro para aumentar os fundos para a implementação do projecto. Isso deve resultar em abordagens coordenadas para angariação de fundos a nível regional, nacional e de serviços públicos.
- ♦ É necessário promover o investimento do sector privado no sector de projectos de energia. Isso pode ser feito através de investimentos diretos, sindicatos com bancos multilaterais de desenvolvimento ou acordos de parceria público-privada;
- ♦ Devem ser desenvolvidos mecanismos que permitam aos investimentos em energia tenham acesso a fundos de longo prazo, incluindo o desenvolvimento de uma diversidade de recursos através de estruturas de crédito inovadoras e acordos de cofinanciamento.
- ♦ Há necessidade de revisar uma série de documentos, políticas, quadros institucionais e estratégias que estão desatualizados e precisam de ser revistos de acordo com o ambiente em mudança, a fim de continuarem relevantes e úteis.



Conclusão

A implementação de documentos legais, políticas, estruturas institucionais e estratégias tem sido lenta a nível nacional, mas a região fez progressos significativos no desenvolvimento do seu sector de energia. A cooperação entre os Estados membros da SADC permitiu que países da região passassem a partilhar energia excedente através do mercado competitivo do SAPP. A este respeito, a plena implementação de todos os instrumentos acordados permitirá que a SADC desenvolva seu sector de energia.

Outra observação importante é que uma série de documentos legais, políticas, estruturas institucionais e estratégias estão desatualizados e precisam ser revistos de acordo com o ambiente em mudança para permitir que continuem relevantes e úteis. Isso é muito pertinente neste momento, uma vez que a SADC efectuou a revisão do RISDP e

adoptou uma nova estratégia e roteiro para a industrialização.

Estudos também confirmaram que a assistência ao desenvolvimento não é a varinha mágica para o financiamento e desenvolvimento do sector de energia na região da SADC. É necessário explorar a eficácia da utilização de estratégias de mobilização de recursos domésticos para arrecadar dinheiro nos mercados locais através do desenvolvimento de mercados de capitais e do uso de fundos do sector privado. O investimento e o financiamento são prejudicados por uma série de barreiras, que incluem tarifas baixas, má preparação de projectos, falta de actores que podem assinar acordos de compra de energia sob modelos de comprador único e outras estruturas políticas / regulatórias exigidas. A capacidade de preparação e implementação de projectos a nível das empresas e dos Estado-Membro ainda é muito baixa.

Referências

- SADC 2015. Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC. Secretariado da SADC.
- SADC 2015. Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC - Revisto. Secretariado da SADC.
- SADC 2012. Plano Diretor Regional de Desenvolvimento de Infra-estrutura. Secretariado da SADC.
- SADC 2010. Estratégia e Plano de Ação Regional de Energia da SADC. Secretariado da SADC.
- SADC 1996. Protocolo sobre Energia na região da SADC. Secretariado da SADC.
- SADC, SARDC 2015. Tempo para enfrentar a situação de energia na região. *África Austral Hoje / SADC Today*, Vol. 17 No.5, SADC, SARDC
- SADC, SARDC 2015. Rumo a tarifas económicas da SADC. *África Austral Hoje / SADC Today*, Vol.17, No.5, SADC, SARDC.
- SADC, SARDC 2013. Incentivos normativos e políticos: para a segurança energética da SADC. *África Austral Hoje / SADC Today*, Vol.15.No. 4, SADC, SARDC.

Este resumo de política é produzido pelo SARDC através do projecto sobre Comunicando Energia na África Austral, apoiado pela Agência Austríaca de Desenvolvimento (ADA) / Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento (ADC). O conteúdo deste resumo é da inteira responsabilidade dos autores. A informação e a análise não refletem a opinião oficial da ADA / ADC. Julho de 2017



Julius K. Nyerere House
15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791141 Email sardc@sardc.net
Website www.sardc.net Knowledge for Development

Austrian
Development Cooperation

Integração do género na tentativa de reduzir a corrupção

por Nyarai Kampilipili

O **DESAFIO** para reduzir a corrupção é um esforço coletivo que exige que as mulheres e os homens trabalhem juntos.

O presidente da Comissão da União Africana, Moussa Faki Mahamat, fez esta afirmação durante a 10ª Cimeira sobre o Género da UA (AU GPS) realizada antes da 30ª Cimeira da UA em Janeiro em Addis Abeba, na Etiópia.

Ele disse que a cooperação entre mulheres e homens é fundamental, uma vez que a corrupção afecta mulheres e homens de forma diferente, sendo as mulheres as mais afectadas.

Assim, é necessário que o continente e a comunidade global desenvolvam formas inovadoras de integrar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres na luta contra a corrupção.

"É importante ressaltar que a corrupção afecta o progresso em direção à igualdade de género e o empoderamento das mulheres", disse Faki.

"(A corrupção) aprofunda as desigualdades e a discriminação já existentes no acesso das mulheres aos seus direitos humanos fundamentais. É, portanto, imperativo que incorporem a igualdade de género e o empoderamento das mulheres nas nossas estratégias anticorrupção".

O presidente Faki disse que as mulheres deveriam desempenhar um papel activo no combate à corrupção e não só deixá-la a outros para derrubá-la.

"Temos que assegurar que as preocupações específicas das mulheres sejam abordadas, bem como apoiar a participação plena e efetiva das mulheres nos processos anticorrupção no continente".

A corrupção é um dos principais desafios que continua a dificultar os esforços destinados a promover o desenvolvimento

sustentável e a estabilidade no continente.

De acordo com a UA, o continente perde quase 150 bilhões de dólares norte-americanos por ano devido a corrupção.

O Relatório Africano de Desenvolvimento Humano de 2014 estimou que a desigualdade de género custou à África Subsaariana 105 bilhões de dólares norte-americanos.

A este respeito, as mulheres muitas vezes sofrem o peso da corrupção, pois limita a capacidade dos governos de prestar serviços como educação, saúde, água potável e segurança social. O impacto dessa privação limita a capacidade das mulheres de participar nas oportunidades económicas na maioria dos países africanos.

A falta de acesso à educação contribui para a incapacidade das mulheres e das meninas de ter acesso a empregos formais e bons e outras oportunidades de crescimento económico.

Como um caminho a seguir nos esforços para combater a corrupção, a Pré-Cimeira de Género da UA, realizada de 17 a 18 de Janeiro, apelou para que as mulheres e os homens trabalhem juntos na mobilização e consciencialização da comunidade em matéria de combate à corrupção.

Mulheres e homens foram chamados a liderar campanhas públicas e a realizar actividades de advocacia contra a corrupção em parceria com os governos, sociedade civil e organismos internacionais.

A SADC é um dos blocos económicos regionais em África que fortaleceu os esforços para reduzir a corrupção através de uma melhor cooperação entre os Estados membros.

Numa dessas iniciativas, o Comité Anticorrupção da SADC (SACC) foi criado para eliminar o flagelo da corrupção através da

adopção de medidas preventivas e dissuasivas efectivas e da aplicação da legislação relevante contra todos os tipos de corrupção.

A SACC está em processo de finalização de uma Estratégia e Plano de Acção da SADC Anticorrupção de cinco anos que será submetida a consultas com os Estados Membros.

Uma vez finalizado e aprovado, a estratégia e o plano de acção anticorrupção da SADC serão implementados através de um esforço colaborativo dos Estados membros como parte da operacionalização do Protocolo contra a Corrupção da SADC.

O Protocolo da SADC contra a Corrupção entrou em vigor em 2005.

A GPS da UA foi realizada sob o tema "Ganhar a luta contra a corrupção: um caminho sustentável para a igualdade de género e o empoderamento das mulheres em África".

O tema estava em linha com o tema da 30ª Cimeira da UA intitulado "Ganhar a luta contra a corrupção: um caminho

sustentável para a transformação da África".

O ano de 2018 marca o 10º aniversário da GPS da UA, que tem desempenhado um papel significativo na influência e definição das políticas da UA sobre igualdade de género e capacitação das mulheres e garantindo a inclusão das vozes críticas das mulheres e suas perspectivas na agenda de desenvolvimento da UA.

Este ano também marca 10 anos desde a adopção do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, que foi revisto em 2016 para alinhá-lo com outros quadros de desenvolvimento, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis das Nações Unidas, a Agenda 2063 da União Africana e o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional na SADC. □

LÍDERES AFRICANOS reuniram-se à margem da 30ª Cimeira da União Africana em Adis Abeba, Etiópia, para sublinhar a importância de ter mais mulheres nos cargos de liderança na UA e nas Nações Unidas.

Os líderes disseram que é necessário criar e implementar políticas que incentivem as mulheres jovens a desempenhar um papel activo na tomada de decisões.

O Presidente da Comissão da UA, Moussa Faki Mahamat, disse a uma reunião de alto nível sobre "Igualdade de acesso das mulheres africanas a posições de alto nível na União Africana e nos sistemas das Nações Unidas", que foram feitos progressos significativos para reduzir a diferença de género nos cargos de liderança.

Ele disse que a proporção de mulheres em posições de liderança agora é estimada em 45%, em 2017, em comparação com 29%, em 2013.

Além disso, a Reunião de Alto Nível destacou a importância de implementar um mecanismo de monitoria para garantir que as mulheres qualificadas sejam recrutadas em todas as regiões geográficas. □





Rumo a um quadro de promoção comercial

A SADC encomendou um estudo que deverá culminar com o desenvolvimento de um quadro regional para promover o comércio.

O desenvolvimento de estratégias regionais de apoio ao sector empresarial e assistência aos empresários para identificarem novas oportunidades comerciais e mercados é uma prioridade para a SADC.

Em particular, a estratégia e o roteiro de industrialização da SADC exigem o desenvolvimento de cadeias de valor regionais para estimular o valor acrescentado, proporcionar oportunidades de negócios para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e catalisar a competitividade a todos os níveis.

O Protocolo sobre o Comércio da SADC prevê que os Estados-Membros adoptem medidas globais de desenvolvimento comercial destinadas a promover o comércio na região.

O artigo 26 do Anexo V do Protocolo sobre o Comércio da SADC reconhece "que o desenvolvimento comercial entre os Estados-Membros e entre os Estados-Membros e países

terceiros é um elemento importante do quadro para alcançar o desenvolvimento económico e uma ordem económica internacional mais equitativa". (Ver caixa)

Reconhecendo os avanços alcançados na consecução da sua agenda regional de integração económica através do estabelecimento da ACL, a SADC iniciou um processo para promover etapas complementares destinadas a tirar proveito de novas oportunidades no comércio decorrentes de uma maior liberalização, bem como as oportunidades comerciais oferecidas pelos crescentes mercados regionais e internacionais.

Com o apoio da República Federal da Alemanha através da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), o Secretariado da SADC encomendou um estudo para desenvolver um projecto de Estrutura de Desenvolvimento Comercial e Promoção Comercial que servirá de base para uma plataforma regional coordenada para a intervenção prática, desenvolvimento concreto de mercado e ferramentas e serviços de promoção de comércio e investimento e assistência aos operadores económicos e organizações empresariais da região.

O principal desafio na região da SADC tem sido o baixo nível de comércio intra-SADC, principalmente por causa dos baixos níveis de

industrialização, fraca capacidade produtiva e falta de diversidade e complementaridade na estrutura industrial.

A Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC busca abordar alguns desses desafios, criando capacidade para permitir que o sector privado produza bens e serviços de valor acrescentado que possam ser negociados regionalmente e globalmente de forma competitiva.

A relação entre a liberalização do comércio e a industrialização é feita de forma mais explícita no artigo 4º do Protocolo Comercial, que afirma que a liberalização do comércio deve ser acompanhada pela industrialização para construir competitividade.

Embora a implementação da Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC contribua para o crescimento de bens comercializáveis, muitos comerciantes, especialmente as PME, não dispõem de informações sobre oportunidades de mercado.

A este respeito, um quadro de desenvolvimento e promoção comercial deve ser concebido de forma a complementar e apoiar a implementação da Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC e facilitar o acesso ao mercado dos bens e serviços que são produzidos na região, fornecendo informações e assistência aos comerciantes. □

Protocolo da SADC sobre Comércio

O anexo V do Protocolo da SADC sobre Comércio convida os Estados-Membros a

- ❖ Adoptar medidas para fortalecer as infra-estruturas relacionadas ao comércio, especialmente nas áreas de transporte e instalações de armazenamento, a fim de garantir uma distribuição efetiva de bens e serviços;
- ❖ Formular e implementar políticas de desenvolvimento comercial em estreita cooperação com o sector privado;
- ❖ Incentivar e facilitar a criação de PME e promover a sua participação no comércio;
- ❖ Facilitar a prestação de serviços relacionados com o comércio na região, incluindo os relacionados com seguros, frete, banca, armazenagem e comunicação;
- ❖ Facilitar o estabelecimento de bases de dados nacionais e regionais e comércio de redes de informação; e
- ❖ Promover a pesquisa de mercado e a participação em conferências e reuniões internacionais com o objectivo de garantir que se explorem as disposições dos acordos de comércio internacional. □

Situação da ACL da SADC

DE ACORDO com o Secretariado, o comércio intra-SADC aumentou até 430,9 por cento entre 2000 e 2014 na sequência da implementação do Protocolo sobre o Comércio.

No entanto, como proporção do comércio total da SADC, o comércio intra-SADC só cresceu de 11,7%, no ano 2000, para apenas 15%, em 2014.

A Zona Comércio de Livre da SADC (ACL), prevista no Protocolo sobre o Comércio da SADC, foi lançada em Agosto de 2008, em Joanesburgo, África do Sul, após um programa de liberalização comercial iniciado em Setembro de 2000.

Treze dos 16 Estados membros da SADC são actualmente parte do ALC e a liberalização tarifária máxima só foi alcançada em Janeiro de 2012, quando o processo tarifário de produtos sensíveis foi concluído.

Com o processo de liberalização tarifária interna próxima à finalidade no contexto do prazo da ACL, os Estados membros da SADC gostariam de ver intervenções mais visíveis a nível regional sobre desenvolvimento comercial e promoção comercial.

Uma decisão nesse sentido foi feita pelo Grupo de Trabalho Ministerial da SADC sobre Integração Económica Regional para desenvolver uma Estratégia de Desenvolvimento Comercial e Comércio da SADC.

Isto foi listado entre as actividades pendentes da Matriz do Plano de Acção acordada para a Consolidação da Área de Comércio Livre da SADC que foi adoptada em 2010. □



Grande ACL vai estimular o comércio em África

por Kizito Sikuka

UM DOS desafios que impediu o desenvolvimento sustentável em África é que o continente negocia mais com o mundo exterior do que internamente em África.

Esta estrutura comercial significa que os recursos destinados a desenvolver a África são enviados e comercializados em outros lugares, melhorando as economias de outros países da Europa, Ásia e Estados Unidos.

O actual desequilíbrio comercial é causado por vários factores, incluindo limitadas infra-estruturas construídas durante a era colonial, para impedir qualquer movimento suave de bens, serviços e pessoas entre países africanos, bem como a imposição de barreiras não tarifárias entre os países africanos.

Outro factor importante é a falta de um sector industrializado vibrante que pode mudar a África de ser fonte de matérias-primas baratas para outros países do oeste.

Para enfrentar esta situação e reformar a estrutura comercial em África e no mundo, o continente intensificou esforços para estabelecer um mercado integrado que abrange mais de metade dos países da África.

Conhecida como Área Tripartida de Comércio Livre (ATCL), o mercado integrado é composto por 27 países do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), da Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC) e da SADC.

Quando operacional, o mercado alargado não se espera apenas para desmantelar as barreiras comerciais entre os países africanos, mas também aprofundar a integração através de um melhor desenvolvimento de infra-estrutura, fluxos de investimento e maior concorrência.

O Botswana tornou-se o 22º e último país a 30 de Janeiro a acrescentar a assinatura de um acordo para lançar a "Grande" ATCL que criará uma população combinada de cerca de 700 milhões de pessoas que cobrem metade dos Estados membros da União Africana (UA) e um Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 1,4 trilhão de dólares norte-americanos.

O estabelecimento da ATCL é um passo decisivo para alcançar a visão africana de estabelecer a Comunidade Económica Africana, incluindo o lançamento de uma ACL continental, que visa promover o bom movimento de bens e serviços através das fronteiras, além de permitir aos países membros harmonizar a região política comercial para promover a igualdade de concorrência.

A harmonização das políticas comerciais e a remoção de barreiras não tarifárias e outras barreiras comerciais, como grandes taxas de exportação e importação, permitirão aos países aumentar os seus ganhos, penetrar em novos mercados e contribuir para o desenvolvimento nacional.

Um único mercado africano também tem a capacidade de ajudar a transformar o desafio dos migrantes numa bênção de capital humano para a África, permitindo que os trabalhadores preencham lacunas de habilidades em todo o continente, além de aumentar as chegadas de turismo.

Além disso, a criação de um mercado único fortalecerá o apelo do continente como parceiro comercial global, reconstruindo assim os assuntos mundiais.

Falando na cerimônia de assinatura do Acordo da ATCL pelo Botswana, o presidente da COMESA, Sindiso Ngwenya, disse que o Acordo Tripartido será ancorado em três pilares principais - integração de mercado, desenvolvimento industrial e desenvolvimento de infra-estrutura.

"Os nossos líderes políticos perceberam que apenas a abertura dos nossos mercados não aumentaria a participação de nossa região no comércio global, nem poderia contribuir para o alívio da pobreza, portanto, eles adoptaram uma abordagem de desenvolvimento para a integração regional", disse Ngwenya, que também é a presidente do Grupo de Trabalho Tripartido.

Ele disse que priorizar a integração do mercado, o desenvolvimento industrial e desenvolvimento de infra-estrutura é fundamental "em reconhecimento das restrições do lado da oferta, má ligação e alto custo de fazer negócios na região".

O Secretário Executivo Adjunto da SADC para a integração regional, o Dr. Thembinkosi Mhlongo concordou, acrescentando que os países regionais deveriam aproveitar a ACL Tripartida e a ACL Continental para impulsionar o comércio intra-regional em África.

"A ACL tripartida não deve ser vista de forma isolada, mas sim como um componente integral da grande ACL continental", afirmou.

"Esses dois processos oferecem aos nossos operadores de negócios na SADC a plataforma para maiores oportunidades de acesso ao mercado que abrangem o comércio de bens e serviços".

O Ministro do Investimento, Comércio e Indústria de Botswana, Vincent Seretse, disse que o país está empenhado em garantir que o mercado ampliado seja um sucesso.

Ele pediu a outros países que ainda não assinassem o acordo tripartido para fazer isso com urgência para garantir que "os africanos criem a África que eles querem".

As negociações para a ATCL foram realizadas em três fases diferentes: fase preparatória, fase um e fase dois, para abranger uma ampla gama de questões, incluindo liberalização tarifária, procedimentos aduaneiros e simplificação da documentação aduaneira, procedimentos de trânsito, bem como facilitar o movimento de negócios as pessoas dentro da região estão sendo negociadas em fases paralelas.

Quando estas negociações estiverem concluídas, a África poderá lançar a "Grande" ACL - um movimento que significará uma declaração ousada de que o continente está pronto para reformar e reconstruir o comércio global. sardc.net □

Situação do Acordo para a "Grande" ACL

PAÍS	ASSINADO	RATIFICADO
Angola	✓	
Burundi	✓	
Botswana	✓	
União das Comores	✓	
República Democrática do Congo	✓	
Djibouti	✓	
Egipto	✓	✓
Eritreia	✓	
Quênia	✓	
Líbia	✓	
Lesotho	✓	
Madagáscar	✓	
Malawi	✓	
Maurícias	✓	
Moçambique	✓	
Namíbia	✓	
Ruanda	✓	
Seychelles	✓	
Sudão	✓	
Sudão do Sul	✓	
República Unida da Tanzânia	✓	
Uganda	✓	✓
África do Sul	✓	
Swazilândia	✓	
Zâmbia	✓	
Zimbabue	✓	



África aposta no aprofundamento da estratégica da integração e eliminação de conflitos

por Danai Majaha

A **UNIÃO Africana** convocará uma cimeira extraordinária no Ruanda em Março para assinar o Acordo que Estabelece a Área de Comércio Livre Continental (ATCL) e considere os instrumentos legais da ATCL, dando assim um passo importante no fortalecimento do comércio entre os países africanos.

Quando estiver totalmente operacional, espera-se que a ATCL aumente o comércio intra-regional africano dos actuais 10% para cerca de 40%.

A ATCL reunirá todos os 55 Estados membros da UA, criando um mercado combinado de mais de um bilhão de pessoas e um Produto Interno Bruto combinado de mais de 3,4 triliões de dólares norte-americanos.

O Presidente ruandês, Paul Kagame, foi eleito presidente da UA na 30ª Assembleia Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, realizada em Janeiro na Etiópia, e imediatamente ofereceu a sede para a cimeira extraordinária a 21 de Março em Kigali.

Isto será precedido de uma sessão extraordinária do Comité Técnico Especializado em Justiça e Assuntos Jurídicos da UA para considerar os instrumentos antes da reunião dos Chefes de Estado e de Governo.

A África originalmente planeava lançar a ATCL até o final de 2017. No entanto, isso foi adiado para garantir que as modalidades adequadas fossem implementadas para o sucesso do mercado.

Outro resultado fundamental da 30ª Cimeira da UA que teve

lugar de 28 a 29 de Janeiro na sede da UA, em Adis Abeba, foi a adopção de um protocolo ao Tratado que estabelece a Comunidade Económica Africana em matéria de livre circulação de pessoas, direitos de residência e direito de estabelecimento e o seu roteiro de implementação.

Outras decisões fundamentais alcançadas pela Cimeira da UA incluíram o lançamento de um Mercado Africano Único de Transporte Aéreo (SAATM), que é vital para a realização da visão de longo prazo de uma África integrada, próspera e pacífica, sob a Agenda 2063 da UA.

Espera-se que o lançamento do mercado único de transporte aéreo traga uma maior ligação em todo o continente, um ingrediente chave para os esforços para o desenvolvimento sustentável da indústria da aviação e do turismo em África.

A decisão de adotar o SAATM, um dos projetos emblemáticos da Agenda 2063 da UA, foi feita durante a 24ª Sessão Ordinária da Assembleia da UA, realizada em janeiro de 2015 na Etiópia.

As discussões sobre os céus abertos africanos estão em andamento durante as últimas duas décadas, culminando com a adopção da Decisão Yamoussoukro pelos líderes africanos em 2000.

Actualmente, 23 Estados membros prometeram o seu compromisso com o mercado aéreo único, cuja implementação deverá

aumentar o número de rotas, reduzir o custo das viagens aéreas e contribuir para a expansão do comércio intra-africano e do turismo.

Os líderes africanos estão, no entanto, conscientes de que esses planos não podem ter sucesso na presença de conflitos e, por isso, concordaram em intensificar os esforços para acabar com os conflitos armados no continente através de uma maior cooperação para "silenciar as armas" até 2020.

A Cimeira nomeou o ex-ministro das Relações Exteriores da Argélia, Ramtane Lamamra, que também é ex-Comissário da UA para a Paz e a Segurança, como o Alto Representante da UA para Silenciar as armas.

Exortaram os Estados membros, as Comunidades Económicas Regionais (CER), as Nações Unidas e outros parceiros a "ampliar a sua cooperação e apoiar as actividades de África e do seu povo a silenciar as armas em África até o ano 2020".

"A Assembleia sublinha ainda a necessidade urgente de a UA mobilizar fundos em apoio das actividades do Alto Representante para lhe permitir cumprir o seu mandato, em

particular galvanizando os esforços de todas as partes interessadas para ampliar as actividades na implementação do Roteiro e do Plano Director da UA para silenciar as armas", Lê-se no comunicado emitido no final da Cimeira da UA.

O presidente egípcio Abdel Fattah el Asisi, presidente do Conselho de paz e segurança da UA (PSC) apresentou, em Janeiro, o relatório do CFP sobre a Implementação do Roteiro e das Etapas Práticas para o Silêncio das armas em África até o ano 2020.

O roteiro foi aprovado pela 28ª Cimeira da UA realizada há um ano na Etiópia e fornece passos práticos e implementáveis em tempo para o objectivo de silenciar as armas dentro de dois anos.

Baseia-se no princípio de que a África deve assumir a total responsabilidade pelo seu destino.

Entre os passos práticos propostos no roteiro estão os compromissos dos Estados membros da UA e das CERs de fornecer fundos adequados para o fortalecimento da Força Africana de Prontidão (ASF) nas áreas de preparação da força, força de emprego e pós-força, de acordo com o Plano de Trabalho de Maputo, de 5 anos, sobre o aprimoramento da ASF.

O roteiro também exige que os Estados membros e as CERs consolidem os acordos legais para a rápida implantação da ASF como um mecanismo de resposta em apoio aos esforços para acabar com os conflitos, bem como para proteger civis, inclusive durante desastres naturais e causados pelo homem. sardc.net □



Fevereiro – Abril 2018

ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol. 20 No 2 FEVEREIRO 2018

ÁFRICA AUSTRAL HOJE

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral

Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR

Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL

Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglina Tauya, Admire Ndhlovu,
Phyllis Johnson, Danai Majaha, Anesu Ngadya, Tariro Sasa, Nyarai Kampilipili,
Tanaka Chitsa, Lynette Chitambo, Tonderai Mpofu
Monica Mutero, Raymond Ndhlovu

TRADUTOR

Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Áustria.

© SADC, SARDC, 2018

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sadc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya, Anisha Madanhi

FOTOS E ILUSTRAÇÕES

P1 thisisafrica.me, sundaynews.co.zw; P2 tbn0.gstatic; P4 wikimedia.com,
todayonline.jpg; irinnews.jpg, rfi.jpg, il.wp.jpg, flags.net, wordpress.com;
P5 blogstravel.co.uk, tui.at; P6 sadc.int; P11 pre-summit au.jpg;
P12 clubofmozambique chirundu.jpg, littlegatepublishing.jpg;
P13 southafrica.to, vice.jpg; P14 pinimag.com, twimtag.jpg, 99percentinvisible.jpg
P16 Mauritius.svg.png, flags.net, adorethelife.com, newsimg.bbc

Subscriva Hoje

ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao
sadctoday@sadc.net

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141 Fax +263 4 791 271

www.sadc.net
Conhecimento para o Desenvolvimento

[sadc.net](https://www.facebook.com/sadc.net) [@sadc.net](https://twitter.com/@sadc.net)

Austrian Development Cooperation

Este documento foi produzido no contexto de um projeto financiado pela Agência Austríaca de Desenvolvimento / o Desenvolvimento Austríaco Cooperação. A responsabilidade do conteúdo desta publicação reside inteiramente no autor; as informações e opiniões expressas não refletem a opinião oficial da Agência austríaca de desenvolvimento / Cooperação austríaca para o desenvolvimento.



Fevereiro

1-2, Botswana

Conferência da SOLTRAIN 2018

Especialistas em energia da África Austral discutirão, em Gaborone, maneiras de melhorar uma abordagem coordenada para aproveitar o potencial energético do sol. A Iniciativa de Formação e Demonstração Solar Térmica da África Austral (SOLTRAIN) é um programa regional de capacitação e demonstração de sistemas solares térmicos na região da SADC.

5-8, África do Sul

Indaba de Mineração em África 2018

A Indaba de Mineração Africana é a maior conferência de investimentos na mineração e reúne investidores, empresas de mineração, governos e outras partes interessadas de todo o mundo para aprender e criar redes com o objectivo desenvolver a mineração em África.

20-21,
África do Sul

Indaba de Energia em África

O Indaba reunirá especialistas internacionais e continentais para partilharem ideias e soluções para os desafios energéticos de África, enquanto simultaneamente exploram as vastas oportunidades de desenvolvimento de energia oferecidas pela África.

22, Namíbia

Conselho de Ministros da ZAMCOM

Focaliza as actividades da Comissão Hidrográfica da Bacia do Zambeze (ZAMCOM) cujo Secretariado tem a sua sede no Zimbabwe. O Conselho de Ministros fornecerá orientações políticas para a promoção da gestão cooperativa e desenvolvimento da Bacia do Rio Zambeze; irá aprovar planos de trabalho anuais e orçamentos; e vai debruçar-se sobre as recomendações do Comitê Técnico da ZAMCOM.

Março

12-23,
UN Nova Iorque

62ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher

A sessão deste ano da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW) centra-se no tema "Desafios e oportunidades para alcançar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres e raparigas rurais". A CSW reúne-se anualmente e é o principal órgão intergovernamental global dedicado exclusivamente a promoção da igualdade de género e do empoderamento das mulheres, assumindo um papel de liderança no acompanhamento e revisão do progresso na implementação da Declaração e Plataforma de Acção de Beijing.

21, Ruanda

Cimeira Extraordinária da União Africana

Na sequência das decisões da 30ª Assembleia Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, realizada em Janeiro na Etiópia, a UA convocará uma Cimeira Extraordinária no Ruanda, em Março, para discutir e adoptar o Acordo que Estabelece a Área Africana de Comércio Livre Continental (ATCL) e considerar os instrumentos legais da ATCL. A Cimeira será precedida de uma sessão Extraordinária do Conselho Executivo a 19 de Março.

21 – 22,
Swazilândia

43ª Reunião do Comité Executivo do SAPP

O Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral discutirá a situação energética na região na 43ª reunião do seu Comité Executivo, albergado Companhia de Electricidade da Swazilândia. O SAPP é um órgão regional que coordena o planeamento de produção, transmissão e comercialização de electricidade em nome de 12 empresas de serviços públicos dos Estados membros da SADC, duas empresas de transmissão independentes e dois produtores de energia independentes.

22, Global

Dia Mundial da Água

O Dia Mundial da Água é celebrado anualmente a 22 de Março para concentrar a atenção na importância da água doce e na gestão sustentável dos recursos de água doce. O tema para 2018 é "Natureza para a Água" - explorando soluções baseadas na natureza para os desafios da água no século XXI.

Por indicar,
África do Sul

Conselho de Ministros da SADC

O Conselho de Ministros da SADC é responsável por supervisionar e monitorar as funções e desenvolvimento da SADC e garantir que as políticas sejam adequadamente implementadas para promover a integração regional.

Abril

11, Botswana

Reunião Grupo Temático de Água e Energia da SADC

O Grupo Temático da Energia é uma reunião de coordenação da SADC e suas organizações subsidiárias com parceiros e especialistas de cooperação para rever a situação energética na região. O ETG reunir-se-á em conjunto com o Grupo de Referência da Estratégia da Água para discutir os problemas da ligação Água / Energia.

50
ANOS

12 de Março de 1968



Maurícias celebram 50 anos de independência

AS MAURÍCIAS ALCANÇAM outro marco, a 12 de Março de 2018, quando o país comemorar o seu 50º aniversário de independência.

O caminho para a independência não foi fácil, e pode ser rastreado até a década de 1630, quando os europeus se estabeleceram nas ilhas.

O primeiro acordo holandês durou cerca de 20 anos, mas o fracasso em desenvolver dividendos suficientes os viu sair do país em 1710.

Quando os holandeses saíram, a ilha tornou-se uma colónia francesa em Setembro de 1715, chamada "Isle de France".

No entanto, foi apenas a partir de 1735, com a chegada do governador francês, Mahé de La Bourdonnais, que a "Isle de France" começou a se desenvolver.

A ilha estava sob administração da Companhia Francesa das Índias Orientais, que manteve a sua presença até 1767.

Os funcionários eram nomeados pelo governo francês, excepto por um breve período durante a Revolução Francesa, quando os habitantes criaram um governo independente da França.

Durante as guerras napoleónicas, a "Ilha da França" tornou-se uma base a partir da qual os corsários franceses organizaram ataques bem sucedidos em navios comerciais britânicos até 1810, quando uma forte expedição britânica foi enviada para capturar a ilha.

Quando a ilha foi capturada, um tratado de Paris foi assinado em 1814, e a "Ilha da França" recuperou o seu antigo nome "Maurícia". A ilha foi cedida à Grã-Bretanha, que prometeu garantir o respeito da língua, costumes, leis e tradições dos habitantes.

Reformas socioeconómicas significativas foram alcançadas durante a administração britânica. Por exemplo, a abolição da escravidão foi aprovada em 1835, enquanto os plantadores locais receberam uma compensação pela perda dos seus escravos que foram importados de África e Madagáscar durante a ocupação francesa.

Um Conselho de Governo foi criado em 1825 e expandiu-se em 1886 para abrir espaço para mais representantes locais.

Um grande avanço ocorreu em 1948, quando, depois de anos de negociações prolongadas para uma constituição mais liberal, o voto e a participação de cargos influentes foi estendido a todos os adultos que poderiam passar pelo teste de alfabetização.

O Conselho de Governo foi então substituído por um Conselho Legislativo composto por 19 membros eleitos, 12 membros nomeados pelo governador e três membros ex-officio.

As eleições gerais foram realizadas em Agosto de 1948 e o primeiro Conselho Legislativo reuniu-se a 1 de Setembro de 1948.

Na sequência de conferências constitucionais realizadas em Londres em 1955 e 1957, o sistema ministerial foi introduzido e as eleições gerais foram realizadas a 9 de Março de 1959.

Em 1961, uma Conferência de Revisão Constitucional foi realizada em Londres e foi estabelecido um programa de maior avanço constitucional. Foi seguido em 1965 por uma conferência constitucional que abriu o caminho para as ilhas Maurícias alcançarem a independência.

Após as eleições gerais em 1967, as Maurícias adotaram uma nova constituição, e a independência foi proclamada a 12 de Março de 1968.

As Maurícias alcançaram o estatuto de República 24 anos depois a 12 de Março de 1992.

Para comemorar o Jubileu de Prata, uma série de actividades começaram em Março de 2017 sob o tema "La Main dans La Main".

As celebrações de um ano retratam a evolução e várias fases de desenvolvimento do país desde a independência em 1968 e sua ascensão à República em 1992. □



RDC lembra pioneiros de libertação

A 4 DE JANEIRO é celebrado como Dia dos Mártires na República Democrática do Congo (RDC). Conhecido como o "Dia dos Mártires da Independência", o dia assinala a acção de massa naquele dia em 1959, que souu a morte do colonialismo belga no Congo. A "independência imediata", o slogan dos manifestantes de Kinshasa, logo se tornou uma demanda não negociável do movimento de independência nacional em todo o país. A revolta marcou o início de uma nova e verdadeiramente revolucionária fase no movimento - a fase da radicalização da luta. □

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Fevereiro-Abril de 2018

1 Fevereiro	Abolição da Escravatura	Maurícias
3 Fevereiro	Dia dos Heróis	Moçambique
4 Fevereiro	Dia Nacional da Luta Armada	Angola
13 Fevereiro	Dia do Carnaval	Angola
	Maha Shivaratee	Maurícias
16 Fevereiro	Festival Chinês da Primavera	Maurícias
3 Março	Dia dos Mártires	Malawi
8 Março	Dia da Mulher	Angola, Zâmbia
11 Março	Dia de Moshoeshoe	Lesotho
12 Março	Dia Nacional	Maurícias
	Dia da Juventude	Zâmbia
18 Março	Ougadi	Maurícias
	Dia do Sheik Al Maarouf	Comores
21 Março	Dia dos Direitos Humanos	África do Sul
	Dia da Independência	Namíbia
29 Março	Dia dos Mártires	Madagáscar
30 Março	Sexta-feira Santa	Angola, Botswana, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe
31 Março	Páscoa/Sábado Santo	Seychelles, Zâmbia
2 Abril	Segunda Feira de Páscoa	Botswana, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Namíbia, Seychelles, Swazilândia, Tanzânia
	Dia da Família	África do Sul
4 Abril	Dia da Paz e Reconciliação	Angola
7 Abril	Dia do Sheik Abeid Karume	Tanzânia
	Dia da Mulher	Moçambique
13 Abril	Leilat al-Meiraj	Comores
14 Abril	Sexta-feira Santa	Tanzânia
18 Abril	Dia da Independência	Zimbabwe
19 Abril	Aniversário do Rei	Swazilândia
25 Abril	Dia da Bandeira Nacional	Swazilândia
26 Abril	Dia da União	Tanzânia
27 Abril	Dia da Libertdade	África do Sul
30 Abril	Dia da Juventude	RDC